

SOCIEDADE, TRABALHO E PERTENCIMENTO NO COTIDIANO DOS CIDADÃOS EM SITUAÇÃO DE RUA.

Rodrigo Dutra da Silva

Não trabalho com a miséria, mas com as pessoas mais pobres. Elas são muito ricas em dignidade e buscam de forma criativa, uma vida melhor. Quero com isso provocar um debate. A nossa sociedade é muito mentirosa. Ela prega como sendo única a verdade de um pequeno grupo que detém o poder. - Sebastião Salgado

INTRODUÇÃO

Para se compreender os cidadãos em situação de rua, faz-se necessário uma investigação profunda sobre a relação entre o tipo de trabalho realizado por esse agrupamento social e os rendimentos auferidos através deste, não só os materiais, mas também de ordem moral e simbólica. Em outras palavras, não há como se compreender estruturalmente o fenômeno *situação de rua* sem que se leve em conta a categoria trabalho. Parte da recompensa do trabalho é pecuniária, mas essa compensação não resume todos os tipos de ganho – seria uma concepção redutoramente economicista acreditar nesse tipo de simplificação. Há um valor moral e de reconhecimento, isto é, a maneira que sociedade representa e valoriza as diferentes categorias laborais, o prestígio social, o capital não econômico auferido. A relação entre o esforço e a própria compensação de determinada forma de trabalho está vinculada ao valor atribuído socialmente a ele, tais elementos são importantes nesta reflexão, inclusive para entender a desqualificação do trabalho realizado pelos cidadãos em situação de rua.

Desde a Revolução Industrial, algumas mudanças foram cruciais para a conformação das sociedades modernas. Estas mudanças estavam fortemente ancoradas no trabalho assalariado, na produção industrializada e no aumento

das populações alocadas nas cidades. O nascimento da sociologia data desta época, em grande parte, por conta da modificação da estrutura de vida que existia, em contato com as novas formas de organização social introduzidas pelo regime capitalista – o que ainda hoje é uma questão central, mesmo com uma série de designações feitas através dos anos e formas de observação do fenômeno.

O trabalho é um tema central para os sociólogos clássicos¹, visto que o ambiente urbano eclodiu em meio a modificação da esfera produtiva, a uma maior divisão do trabalho social, o que culmina expandindo as distinções dentro da cadeia de produção. Migrou-se de uma organização feudal para um espectro mais racionalizado, no qual o trabalho era pensado ou se desenvolvia de modo a favorecer a maximização da produção. Émile Durkheim dedicou boa parte dos seus estudos a explicar a relação entre a solidariedade e as formas de produção de mercadorias especializadas, incluindo a divisão técnica de tarefas. Karl Marx analisou o papel do trabalho diante da mercadoria no sistema capitalista, tal como o valor agregado por este e os sustentáculos da mais valia - deu ênfase à uma classe pela posição na escala produtiva e a relação contraditória existente entre a vida e a quantidade de esforço empregado no trabalho: a exploração. Max Weber demonstrou como a ética protestante conferiu uma racionalização jamais vista ao trabalho e como as recompensas mundanas auferidas pelo indivíduo representavam o provimento divino da salvação. Ainda hoje, o lugar que os indivíduos ocupam e a forma como se apropriam da escala produtiva na sociedade opera como um forte critério de rebaixamento ou ascensão social, e a não adequação a esta conformação é tomada como fracasso pessoal, em classificações burlescas como marginal ou vagabundo.

Uma das tarefas da sociologia é desmistificar o senso comum e mergulhar de maneira profunda no fenômeno em questão. Busco aqui construir uma visão alternativa sobre o trabalho dos cidadãos em situação de rua. Esta

¹ Dentre os clássicos podemos destacar: Émile Durkheim e *A divisão social do trabalho*, Max Weber com *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Karl Marx e *O manifesto do Partido Comunista*, seguido de *O capital*.

desmistificação passa inicialmente por derrubar duas principais visões alimentadas pelo senso comum: a primeira de que os indivíduos nesta condição não trabalham, são vagabundos, preguiçosos e imprestáveis ao mercado capitalista; a outra visão é de que toda a vida destes indivíduos, inclusive a manutenção desta, gira em torno do binômio assistencialismo/delinquência, por conta da inexistência de uma fonte formal de renda, ou caso esta venha de programas sociais.

Aqui a nomenclatura utilizada para se referir aos indivíduos que se valem das ruas para o trabalho e moradia se lança provocativamente neste intuito². A noção moderna de cidadania como atrelada a uma esfera de consumo se choca radicalmente com uma visão democrática e inclusiva que faz de todos os nascidos em países com doutrinas republicanas, cidadãos de fato, sejam estes dotados das características mais vastas. Mesmo quando incorrem em desvio grave não deixam de ser cidadãos, sendo conduzidos a períodos de reclusão seguida de socialização assistida, mas sem perder seu *status* igualitário. Contraditoriamente, vemos que a impossibilidade de provimento de um estatuto mínimo de consumo é um dos responsáveis por aniquilar o direito inalienável à cidadania, tão necessário para a segurança ontológica e o desenvolvimento individual de uma parcela considerável da população.

O FLUXO REGULAR DO DINHEIRO:

O dinheiro na sociedade moderna surge como um grande hierarquizador das identidades sociais e auxilia na interpretação do fenômeno *situação de rua*.

² Não posso deixar de agradecer à Igor Rodrigues pelas discussões que culminaram na elaboração e na escolha do termo "*cidadão em situação de rua*" para este trabalho. A perspectiva de resgatar o papel do Estado e da qualidade inalienável de direitos foi o pano de fundo para este desenvolvimento, que esperamos que gere discussões profícuas e que possa mobilizar a academia em torno de uma questão sensível e latente. Defendemos o termo pelo seu potencial inclusivo, empoderador e revelador das verdadeiras causas e responsáveis pela exclusão de uma parcela da população que incorpora a culpa de escolhas que não estavam disponíveis.

Dentro do regime capitalista, o trabalho ascende a um dos critérios fundamentais de valor, tanto objetivamente quanto subjetivamente. Além disso, o desenvolvimento de uma cultura baseada na circulação financeira contribuiu para desobrigar a participação efetiva dos indivíduos, que foi substituída por uma contribuição regular, quantificável e geral.

Georg Simmel (1978) concluiu que as grandes cidades modernas se alimentam quase completamente da produção para o mercado, isto é, para fregueses desconhecidos, que nunca se encontrarão cara a cara com os verdadeiros produtores. Nesse processo de transformação do espírito moderno em um espírito contábil de uma economia monetária, houve uma dispersão devida aos imponderáveis das relações pessoais. O individualismo que emergia e a necessidade cada vez maior do dinheiro como mediador das relações, aliado a possibilidade de acumulação, fez com que as relações passassem a se pautar pelo alongamento dos vínculos mediados por esta medida, e por consequência oposta, a exclusão das relações dos que não possuíam fluxo regular de moeda, tal como a pessoa em situação de rua, como concluiu Simmel:

É precisamente por causa do seu poder nivelador que o dinheiro quanto mais se torna a medida de todas as coisas (...). Isso não indica nada contra, mas a favor da importância crescente do dinheiro, precisamente por medir, agora, tantas coisas a mais, sendo por isso ainda menos colorido e descaracterizado, não pode mais servir para a compensação em relações específicas e excepcionais, nas quais o mais íntimo e o mais essencial da personalidade são atingidos (SOUZA, 2005, p. 32).

Através da classificação social ancorada em recursos financeiros e que se transformou em equivalência para todas as coisas, foi observado que somente situações excepcionais não seriam mediadas por valores em espécie, como em determinados crimes ou características especiais - como dons que tornam os indivíduos únicos em valorização. Todo o restante é passível de equivalência, quantificação fria e dura, e que torna opaca a condição de cidadão, especialmente no caso de indivíduos desprovidos, sem uma “cesta”

de posses mínimas para a sua aceitação enquanto integrante pleno de uma determinada sociedade.

Um dos pilares da exclusão social observada contra os cidadãos em situação de rua se dá pela inconsistência de fluxos financeiros, que acarretam uma baixa qualidade em suas relações mediadas pelo dinheiro, causando inclusive o afastamento pela ausência do conector econômico. Fato este que corrobora com a visão de não contribuição por parte de tais indivíduos para o bem-estar da sociedade, uma vez que o capital econômico é parte que integra a conferência de valor ao cidadão, além de ser percebido como fonte que fortalece a vinculação com a sociedade por meio de impostos e demais contribuições financeiras.

Como a relação dos cidadãos em situação de rua, inclusive a recompensa material do trabalho, está à margem do fluxo socialmente considerado regular – algumas vezes chega até a ser percebida como contraproducente - como acontece nos casos dos flanelinhas – estes sofrem com a precarização dos laços de duas maneiras distintas: a primeira é a estigmatização de sua condição, uma vez que não conseguem prover ou se estabelecerem em um lar. Agrega a este fato a negação de uma identidade mediada pela escolha, uma vez que na ausência de posses mínimas, o agente deve se colocar disponível a aceitar quaisquer doações, sendo alvo de retaliações em caso de recusa. Integram este hall de doações artigos como roupas em estado de conservação esteticamente avariado ou de gosto duvidoso e também itens de alimentação em estado e apresentação questionáveis. Colocar a dignidade de lado por conta de uma necessidade aguda tanto de subsistência quanto de adequação aos padrões impostos gera uma carga de sofrimento que marca profundamente a vida destes indivíduos, e que dificulta ainda mais a integração plena à sociedade. A segunda é a prisão em que se encontram, pois em uma sociedade de mercantilização dos bens da vida, do consumo, o dinheiro é o meio essencial para a maioria das trocas que visam satisfazer as necessidades mais básicas, como alimentação por exemplo. Estes fatos deixam os indivíduos indefesos e disponíveis a quaisquer ofertas de oportunidades de ganho financeiro rápido e imediato que possam

encontrar - o duradouro domínio do agora -, sejam elas formais ou informais, lícitas ou ilícitas.

O ímpeto nivelador dos homens ativado pelo dinheiro corrobora outra estrutura típica das sociedades modernas, observado no *ethos*³ das classes mais baixas, e especialmente nas classes destituídas de outras esferas de valor social, a ética do trabalho. Retomando as contribuições de Max Weber, que habilmente relacionou uma adequação proporcionada por uma designação religiosa com o desenvolvimento de uma forma de produção baseada no modelo capitalista, cujo reflexo é valorização da contribuição mediada pelo trabalho. A mudança da confissão religiosa operada pela Reforma Protestante e uma reinterpretação da ação dos indivíduos para a realização plena de sua religiosidade, impulsionou o “espírito” capitalista através da glorificação do trabalho. Este espírito se materializa, de maneira geral, em duas grandes linhas de pensamento da sociologia weberiana: o crescente racionalismo inerente à modernização da sociedade e a valorização do trabalho enquanto ferramenta de engrandecimento pessoal via valorização da vida perante Deus. Estas duas formas estão diretamente associadas ao bem-estar proporcionado tanto pelo desenvolvimento de melhores formas de operar sobre o mundo, quanto para a produção de bens que satisfarão necessidades de indivíduos, melhorando, por conseguinte, suas vidas.

A conduta individual deveria ser ocupada de dois princípios basilares para uma vida plena, o ascetismo, entendido na forma de uma vida simples, sem luxos e pautada por uma moralidade racional, e pelo trabalho, que deveria ser executado em sua plenitude, sendo possível empreender em várias iniciativas para que houvessem diferentes sortes de ocupações disponíveis aos atores. Podemos destacar alguns trechos enfáticos a este respeito como:

Mesmo o rico não deve comer sem trabalhar, pois, mesmo que não precise disso para sustentar suas próprias necessidades, há o mandamento de Deus a que tanto ele quanto o pobre devem obedecer. Para todos, sem exceção, a Providência divina reservou uma vocação que deve ser reconhecida e

³ Entendido como conjunto de valores culturais típicos de uma classe ou fração social
CSOnline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 22 (2016) Jul/Dez., pp. 1-159.

exercida (WEBER 2007, p. 125). Uma vez que possibilita o desenvolvimento das habilidades, a especialização das ocupações leva a uma melhora qualitativa e quantitativa da produção, servindo assim ao bem comum, que é idêntico ao bem do maior número possível (WEBER, 2007, p. 126).

A combinação destes três eixos: valorização do trabalho, conduta ascética e racionalidade crescente na sociedade, culminavam em um processo que alimentava ainda mais desenvolvimento; com mais trabalho e menos gastos por conta da conduta ascética, conjugados à racionalidade, que melhoraria as condições de produção, estavam lançadas as bases para a ampliação do capitalismo. Como a fonte de inspiração para Weber foram países desenvolvidos de características religiosas semelhantes, pouco tardou para que estes exemplos fossem irradiados para outros países, como o Brasil.

No Brasil, a figura e o período Vargas são importantes neste contexto de valorização do trabalho. Iniciadas na década de 1930, várias políticas de valorização do trabalho formal foram levadas a cabo, tornando naquele momento a Carteira de Trabalho um símbolo da integração social. Boa parte deste intento se deu por conta da tentativa de instalação de uma política de bem-estar social: indivíduos portadores de vínculo formal de trabalho contavam com proteção jurídica pela legislação trabalhista, assistência médica e de seguridade social. O fator pertencimento pelo reconhecimento dos portadores de vínculo formal de trabalho corrobora com uma imagem social do valor agregado aos indivíduos que o possuem, assim como podemos analisar no livro de Ângela Maria de Castro Gomes, intitulado *A invenção do Trabalhismo*:

De forma geral, a bibliografia que trata do tema das relações Estado/classe trabalhadora no Brasil consagra uma interpretação para o pacto que vinculou estes dois atores a partir do Estado Novo. Esta interpretação funda-se na ideia central de que o Estado do pós-30 desencadeou uma política social de produção e implementação de leis que regulavam o mercado de trabalho e, com este novo recurso de poder, conseguiu a adesão das massas trabalhadoras. O pacto social assim montado traduzia-se em um novo acordo que trocava os benefícios da legislação social por obediência política, uma vez

que só os trabalhadores legalmente sindicalizados podiam ter acesso aos direitos do trabalho, sinônimo da condição de cidadania em regime político autoritário como o brasileiro (GOMES, 2005, p. 178).

O ASPECTO IMATERIAL DO TRABALHO

Nem só de remuneração material são feitas as ocupações existentes na sociedade. Além de salários equivalentes a cada ocupação, temos também uma premiação simbólica a cada forma de inserção no mercado de trabalho. Podemos afirmar isso categoricamente ao observar como a relação em que as ocupações são valorizadas vai muito além de seu espectro de atuação simplesmente, analisando como seus operadores são tratados nas demais esferas da vida. Peguemos a profissão de médico como exemplo: como existe uma estética específica para o profissional formado em medicina – majoritariamente oriundos de classes superiores, bem cuidados, vestidos de branco e modos refinados, pela origem familiar – eles são frequentemente reconhecidos enquanto possuidores de um status de notório valor e são prontamente recompensados por tal possessão, sendo tratados com mais indulgência e cortesia por parte dos iguais ou subalternos. Não é simplesmente uma questão de valores salariais – que invariavelmente acompanham tal status social – mas sim do valor simbólico da formação e ocupação destes indivíduos.

O contrário acontece diariamente com as ocupações menos prestigiadas e muitas vezes sequer reconhecidas como trabalho – a exemplo das diversas atividades relacionadas ao cotidiano dos cidadãos em situação de rua. A gradação de recompensas simbólicas é distribuída desigualmente desde as escassas e muito valorizadas profissões até as mais degradadas, categorizando seus ocupantes como incapazes desprovidos de valor.

Utilizando como base a teoria *disposicional* de Pierre Bourdieu, vemos que a soma de capitais que se possui, sendo ela positiva ou negativa – como no contexto das pessoas em situação de rua – é equivalente ao valor produzido e reproduzido no campo onde o indivíduo se encontra. De maneira prática,

campo corresponde à arena social de disputa no qual se colocam os indivíduos envolvidos em diversas esferas relacionais. Tais campos têm normas e valores específicos para as práticas contidas neles, o que as hierarquiza e categoriza. Formaliza-se, então, situações de prestígio e desprestígio, o que se reflete em várias frentes, incluindo ocupações, ou como podemos destacar:

[...] basta perceber que, sendo capital uma relação social, ou seja, uma energia social que existe e produz seus efeitos apenas no campo em que ela se produz e se reproduz, cada uma das propriedades associadas à classe recebe seu valor e sua eficácia das leis específicas de cada campo [...] a lógica específica de cada campo determina aquelas que têm cotação neste mercado, sendo pertinentes e eficientes no jogo considerado, além de funcionarem, na relação com este campo como capital específico e, por conseguinte, como fator explicativo das práticas. (BOURDIEU, 2008, p. 107).

Em uma sociedade, por exemplo, cada vez mais escolarizada, que se constitui um campo no sentido empregado acima, a falta de diplomas escolares, bem como a necessidade de converter alguma atividade em recursos materiais, como demonstra-se a seguir, faz com que a ação dos cidadãos em situação de rua seja duplamente desvalorizada. Por não possuírem aptidões valorizadas intelectualmente e em muitos casos a documentação mínima para a contratação, são submetidos a atividades corporais, de tração animal, trabalhos desqualificados, precários e sem vínculo formal. Há aqui a incapacidade social de lidar de forma positiva contra as estruturas operam a desvalorização no campo. Com uma relação negativa com dinheiro, agravada pela extrema necessidade em que vivem, tornam-se obsoletas ou extemporâneas as empreitadas que ignoram as desvalorizações, inclusive das oportunidades para aplacar as necessidades mais básicas.

Simbolicamente, as ocupações disponíveis aos cidadãos em situação de rua são desqualificadas por se constituírem basicamente em trabalho corporal degradante, sujeitando estes indivíduos à duras penas, como vistos nas entrevistas de Rodrigues (2015), onde a atuação como carregadores/descarregadores de cargas pesadas, chapas, muitas vezes em

pontos de passagem de caminhões de carga. A analogia a animais de tração fica evidente, fazendo com que estes indivíduos sejam classificados como mera força motriz, sem nenhuma dignidade ou recompensa imaterial pelo trabalho. A própria nomenclatura dispensada às suas ocupações demonstra o não reconhecimento destas atividades como trabalho, sendo chamadas de “bicos”, “biscates” ou “corres”, deixando clara a desclassificação social incorporada por eles.

Paralelamente ou nos períodos em que estes trabalhos físicos não estão disponíveis, os cidadãos em situação de rua, em grande medida, se ocupam da coleta de materiais recicláveis pelas ruas das cidades. A opção dos trabalhos físicos se dá pela mais certa rentabilidade, uma vez que o valor é acertado anteriormente ao trabalho e pago logo em seguida. O trabalho de coletas, diferentemente, pode não gerar grandes resultados dependendo da sorte e da disponibilidade, além do trabalho penoso e humilhante de pedir em diversos estabelecimentos por recicláveis, boa parte do material é obtido junto a lixeiras e locais insalubres.

No caso dos coletores, fora o rebaixamento moral de não contar com uma ocupação formal, há o contato direto com o lixo que degrada os indivíduos e que, aos olhos dos transeuntes, a ele se misturam. Torna-se indissociável no julgamento moral da sociedade que observa com repugnância, o indivíduo da necessidade de interagir com o que foi descartado para obter a sobrevivência, da sujeira impregnada nas mãos e suas vestes – uma vez que não existem equipamentos de proteção individual -, do cheiro que é incorporado pelo contato com o lixo, e pelos casos extremos de fome e sede que podem ser saciados com alimentos encontrados na busca por recicláveis.

Por mais que estes tipos de ocupações sejam degradantes e por vezes pensadas como incompatíveis à modernidade tão cara ao mercado de trabalho, a exploração extrema é uma faceta racionalmente explorada por parte de um segmento capitalista. Na obra de José de Souza Martins, *A sociabilidade do homem simples* (2000), vemos exemplos de como coexistem a exploração e a mentalidade capitalista moderna no Brasil. Isto é, por mais contraditória que

seja, a incorporação de mão de obra em condições degradantes não é oposta ao racionalismo presente no capitalismo moderno, sendo muitas vezes uma face de sua ampliação de acumulação de capitais, como podemos observar no seguinte trecho:

É possível demonstrar, e já o fiz, que essa relação de trabalho socialmente irracional e anticapitalista se insere racionalmente no processo de reprodução ampliada do capital, sendo mais lucrativa do que o trabalho assalariado propriamente dito. A chamada acumulação primitiva de capital, na periferia do mundo capitalista, não é um momento precedente do capitalismo, mas é contemporânea da acumulação capitalista propriamente dita. Sem dúvida é uma contradição, que complica porém a compreensão dos dinamismos sociais (MARTINS, 2000, p.37).

Muito além de uma ocupação emergencial às margens do processo capitalista racional, esta exploração é parte de um perverso e lucrativo mercado que lucra com a desintegração moral de uma parcela da sociedade, justificado por um viés ecológico que ressalta a importância da reciclagem e reutilização de materiais como forma de amenizar o consumo e degradação do meio ambiente, mesmo que para isso, indivíduos fragilizados sejam moralmente e fisicamente mutilados no processo. Além da justificativa ambiental, corrobora com esta exploração a máxima do senso comum que classifica como “digno” todo o trabalho que não seja desonesto ou retire benefícios de outrem, mesmo que para isso uma série de outras esferas morais, sociais e práticas forcem a uma desqualificação e violação da dignidade do indivíduo.

TRABALHO E REFLEXOS SOBRE O ESPAÇO E SOCIABILIDADE

Associados a estes dois pilares - tanto a inconsistência financeira quanto a informalidade das ocupações - está a localização dos indivíduos espacialmente. Em seu livro *A Miséria do Mundo*, o sociólogo francês Pierre

Bourdieu (1997) trata especialmente de uma segregação que é levada a cabo pelos capitais⁴ e materializada em uma exclusão também de natureza territorial. Na teoria de Bourdieu, as semelhanças composições dos diferentes capitais entre as pessoas são responsáveis por uma separação em blocos, onde indivíduos com índices semelhantes ou compatíveis entre os capitais tendem a se aproximar na ocupação do espaço territorial, que não deixa de ser um espaço social compartilhado. Duas partes de sua teoria se juntam para uma compreensão mais densa do fenômeno dos cidadãos que estão em situação de rua: a localização destes é composta pelos fatores apresentados anteriormente – tanto uma relação inconsistente com dinheiro quanto uma inserção precária no mercado de trabalho – com a construção social de seu espaço territorial de ocupação – a rua – e assim revalidam o esforço intelectual empreendido neste texto – a compreensão crítica do fenômeno situação de rua.

Os indivíduos por sua inadaptação ao mercado de trabalho e relação precária com dinheiro, sem alternativas, se refugiam nas ruas e são acometidos por uma total instabilidade. Com a suspensão da privacidade, tais indivíduos são observados pelos outros que compartilham um código de valores sociais que desvaloriza, rebaixa e desqualifica moralmente quem tem as ruas como moradia. Sobre esta dupla empreitada, podemos destacar o seguinte trecho:

Falar hoje de “subúrbio com problemas” ou de “gueto com problemas” (o que é extensível às ruas com problemas) é evocar, quase automaticamente, não “realidades”, aliás muito amplamente desconhecidas daqueles que falam disso de muito bom grado, mas fantasmas, alimentados de experiências emocionais suscitadas por palavras ou imagens mais ou menos não controladas, como aquelas que a imprensa sensacionalista e a propaganda ou o boato político veiculam. Mas, para romper com as ideias recebidas e o discurso corriqueiro, não basta, como algumas vezes se quer acreditar, “ir ver” o que existe. [...] E, não obstante, tudo leva a pensar que o essencial do que se vive e se vê no *campo*, isto é, as

⁴ Na construção de sua teoria, Bourdieu classifica a existência de três tipos de capitais, sendo eles, o capital econômico, cultural e social. Para maiores informações consultar <[https://mccti.hugoramos.eu/Biblioteca_\(versao_antiga\)/Mestrado_CCTI/Bourdieu,%20Pierre/Thes%20Forms%20of%20Capital.pdf](https://mccti.hugoramos.eu/Biblioteca_(versao_antiga)/Mestrado_CCTI/Bourdieu,%20Pierre/Thes%20Forms%20of%20Capital.pdf)> Acessado em 26 de setembro de 2016.

CSOnline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 22 (2016) Jul/Dez., pp. 1-159.

evidências as mais impressionantes e as experiências mais dramáticas, encontra seus princípios completamente em outro lugar (BOURDIEU, 1997, p. 159).

As pessoas são qualificadas pelo espaço social ao qual pertencem e utilizam, sendo bem-vindas a alguns lugares, enquanto outros se tornam inacessíveis; ao mesmo tempo relações são construídas com indivíduos que compartilham determinados rótulos, sendo estas relações negadas ou preteridas por quem não quer ser confundido com os pertencentes a espaços desvalorizados, mesmo que inconscientemente.

A construção social do espaço não se dá pelo espaço em si, de uma suposta qualidade natural, como vemos, mas pelo compartilhamento de um julgamento de valor, que está longe de uma interpretação simplesmente geográfica ou espacial. A tônica perversificada no senso comum de divisão dos espaços e das zonas da cidade por uma composição vinculada à localização das pessoas na estrutura social acaba operando como desestruturador de sociabilidades, tanto por ser responsável pela incorporação do estigma de fracassados nos cidadãos em situação de rua, quanto por causar repulsa pela existência destes nos demais cidadãos. Assim, a relação entre cidadãos de rua e os demais se torna “forçada” ou, pior, restrita. A ideia que desqualifica moralmente a pessoa em situação de rua, de que todos são marginais, vagabundos ou drogados, cria um impeditivo, além de simbólico, também de natureza territorial: o isolamento, a não convivência, o pedantismo e a circunscrição. Pierre Bourdieu reforça esta ideia: “*os que não possuem capital são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros*” (BOURDIEU, 1997, p.164).

Materializa-se aqui um problema de difícil solução por parte dos cidadãos em situação de rua, pois se encontram na mais frágil posição social em ambientes urbanos, estando à margem de qualquer sociabilidade aceita como benéfica e desejável. Os únicos indivíduos que compartilham de seus espaços sociais o fazem por se encontrarem tão desestruturados quanto seus semelhantes, como forma de uma desesperada tentativa de ter com quem

contar, quando nada mais está disponível. Uma vez presos nesta condição, a prisão do imediatismo se faz presente, fazendo com que todos os dias sejam marcados por uma luta pela sobrevivência, sem qualquer possibilidade de segurança ou dignidade. Para conhecer seus dramas e sua rotina, é importante empreender estudos que visam compreender suas rotinas, desejos e dramas, adentrando de modo mais profundo sua realidade e refazendo os nexos de suas ações, não sob a luz de um cientista que julga, mas de alguém que quer compreender as óticas de seu olhar sobre o mundo em que vivem.

Sendo assim, conhecendo as óticas que convergem para formar os valores e os mitos construídos sobre os cidadãos em situação de rua, convidamos ao leitor de boa vontade para que se aproxime um pouco mais de uma outra realidade, com o auxílio da ciência e pesquisa empírica, se abrindo a conhecer e a reconstruir a realidade vivenciada por uma parcela excluída da sociedade em que vive.

COTIDIANO E VALORIZAÇÃO SOCIAL DOS CIDADÃOS EM SITUAÇÃO DE RUA

A partir dos argumentos iniciais apresentados, é possível tocar diretamente na construção social, valorização do trabalho e as consequências negativas para as pessoas em situação de rua, cidadãos que operam em circunstâncias divergentes destes. Através de dados empíricos, colhidos através de entrevistas feitas em seu local de ocupação – a rua – pode-se adentrar um pouco mais em suas realidades, reconstruindo inclusive os nexos de sua sociabilidade, bem como desmentir os mitos a respeito de suas vidas.

Utilizando como fonte de dados o Diagnóstico da População em Situação de Rua, promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora no ano de 2016, busquei compor este panorama de forma a auxiliar a compreensão deste fenômeno. As entrevistas fixaram três grupos investigados de acordo com sua relação com a rua, sendo

eles os que dormem na rua (agrupamento A) - mais fragilizados e com maior grau de vulnerabilidade social; os que dormem em Instituições de Acolhimento (agrupamento B)- o perfil intermediário entre ausência de qualquer rede de assistência e chances de reestruturação de vida; e os que sobrevivem da rua e retornam para casa (agrupamento C) – que ainda possuem algum vínculo familiar ou posses mínimas, que os permitem ter um local diferente das ruas para seu acolhimento, o que não anula os pernoites esporádicos fora de casa. O montante de indivíduos encontrados em cada agrupamento foi de 242 (A), 141 (B) e 496 (C), respectivamente.

No agrupamento A, o mais fragilizado, vemos como a ausência tanto de vínculos sociais externos à rua, e o abandono institucional operam como agravantes na condição de exclusão social destes indivíduos. Majoritariamente composto por homens – 82%, os indivíduos se concentram fortemente na região central – 67,3%, não sendo observada nenhuma outra concentração acima de 6,6% em outras áreas da cidade. Parte desta observação se justifica pela organização do centro, que dispõe de comércio, maior oferta de serviços, as chances de alimentação, assistência⁵ e oportunidades⁶ de ganhos financeiros se mostram mais abundantes. Ocupar um lugar no mercado formal de trabalho para estes indivíduos é uma tarefa ainda mais árdua, por uma série de fatores. A inexistência de um lar ou quaisquer serviços de assistência social impede uma apresentação socialmente valorizada em termos de higiene, conservação de roupas e demais critérios valorativos que associados a baixa escolaridade, impulsionam estes indivíduos para a total instabilidade.

A escolaridade anteriormente citada é a pior dentre os três agrupamentos. O número de pessoas que não completaram o ensino fundamental chega a 76%, sendo 8% de analfabetos. Estes índices se tornam cada vez mais excludentes por conta do aumento da escolaridade média dos

⁵ Por assistência entendemos Instituições que promovem atenção à saúde, alimentação e demais serviços.

⁶ Utilizamos o termo “oportunidades de ganhos financeiros” provocativamente, pois, mesmo entre os cidadãos em situação de rua, as atividades desempenhadas por eles não são classificáveis como trabalho, mesmo sendo uma parte importante de sua composição de renda. Uma segunda justificativa emerge da desclassificação destas ocupações como trabalho, gerando assim uma desvalorização que é tanto simbólica quanto real, nos frutos financeiros advindos destas.

Brasileiros⁷ conforme a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD, que se somam aos fatores anteriores ampliando a desvantagem. Uma segunda barreira educacional é observada em relação ao Ensino Médio, pois a segunda maior fração de indivíduos o completaram. O abandono entre as etapas é algo que chama a atenção, uma vez que apenas 2% desta fração completaram tanto no Ensino Fundamental quanto o Médio, diferentemente dos amplos índices observados entre estas duas etapas, deixando claro que não podemos relacionar a dificuldade de conclusão de níveis educacionais com a situação de rua dos cidadãos.

Fatores secundários também agem como empecilhos na formalização das relações de trabalho, como a ausência de documentação por exemplo. Neste agrupamento apenas 22% têm a Carteira de Trabalho e Previdência Social, item indispensável para contratação legal. A falta de documentação necessária para a obtenção, tanto da primeira quanto das demais vias da CTPS, podem agir como um entrave à sua obtenção, uma vez que são precisos outros documentos, que estes indivíduos também não possuem – como, por exemplo, a Carteira de Identidade, 40% deles não têm e é o documento mais presente neste agrupamento – agregada à necessidade de um comprovante de residência.

Outra questão importante a ser levada em conta é a dificuldade das pessoas em situação de rua, sobretudo os moradores de rua, em manter os documentos. A *burocracia* é uma característica administrativa do Estado moderno, como concluiu Max Weber, ela traz a necessidade de *arquivamento* e da *conservação* destes documentos como condição de determinados direitos. Rodrigues (2015, p.101) destaca que O arquivamento tem como pressuposto a existência de um lugar reservado e, neste caso, particular; enquanto a conservação tem como marca a proteção e a disciplina. Nesse sentido, um dos problemas relacionados enfrentados por estes indivíduos é a falta de *pressupostos burocráticos* da vida moderna. É preciso entender que a

⁷ Conforme nota técnica do Instituto de Pesquisas Econômicas aplicadas – IPEA – Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/151230_notatecnica_pnad2014.pdf>. Acessado em 20 de setembro de 2016.

CSOnline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 22 (2016) Jul/Dez., pp. 1-159.

existência e a conservação de qualquer tipo de documentação, têm inclinações ao exercício do *habitus* das classes dominantes.

A ausência tanto dos documentos, quanto as condições de empregabilidade são confirmadas quando observamos as condições em que foram firmadas as últimas experiências de trabalho, onde apenas 16% dos cidadãos em situação de rua trabalharam com carteira assinada nos últimos 12 meses. A grande maioria estabeleceu contratos informais, respondendo por 54% dos indivíduos e os 30% restantes responderam que não trabalharam nesse período. Como dito anteriormente, as instabilidades se somam e acrescentam níveis transversais de exclusão, especialmente em relação às fontes de renda dos indivíduos. Tanto os critérios sociais como os burocráticos são responsáveis por apenas 47% destes indivíduos admitirem não ter pedido dinheiro nas ruas, sendo seguidos por 38% que disseram ter pedido, mas não sendo essa a principal fonte de renda contra 15% cento que têm na mendicância a sua principal fonte de renda.

O abandono também é institucional, quando observamos a composição de renda oriunda de Programas de Transferência de Renda e demais rendas de Assistência Social, onde 72% dos cidadãos em situação de rua não recebem benefícios de nenhuma destas naturezas. O Bolsa Família é recebido por 16% dos indivíduos apenas, o que pode ser um resultado de desconhecimento do funcionamento do programa, ausência de documentação ou não possibilidade de cumprimento da contrapartida necessária para o recebimento do benefício.

Como pessoas deste agrupamento tendem a permanecer por longos períodos residindo na rua, o acesso à documentação e a condições mínimas para a empregabilidade formal caem consideravelmente, com 40% permanecendo entre um a cinco anos na rua e um alarmante índice de 46% excedendo os cinco anos de situação de rua. O efeito cascata de diferentes fontes de exclusão combinadas age como uma âncora que prende os indivíduos e os jogam em uma condição de difícil reversão, sendo necessária uma intervenção robusta para reverter este quadro. Dentre os efeitos

psicológicos de uma estada tão longa nas ruas, longe da escala mínima de dignidade, os indivíduos incorporam a culpa pelo fracasso, transformado agora em estigma, que pode ser comprovado tanto pela negação do status de trabalho de suas ocupações, como pelo uso de drogas⁸ lícitas e ilícitas para minimizar este sofrimento.

Conforme aumentam as estruturas de suporte, sejam elas do Estado ou alguns vínculos familiares mesmo que precários, alguns índices por parte dos cidadãos em situação de rua tendem a melhorar sensivelmente, mostrando a importância do acolhimento por parte de Políticas Públicas que recuperem a autoestima ou permitam uma melhora nas relações familiares. O número de mulheres sobe consideravelmente entre as que permanecem nas ruas apenas para realizar serviços, culminando em uma porcentagem de 22%, a maior entre os três agrupamentos.

Melhorias são sentidas também em relação a escolaridade onde 59% das pessoas acolhidas não completaram o Ensino Fundamental, sendo 7% analfabetas. Já entre as que retornam para casa este número diminui para 47% de não concluintes do Ensino Fundamental com a mesma proporção anterior de analfabetos. Entre as pessoas acolhidas 41% completaram o Ensino Fundamental e dentre estas 15% pararam de estudar já no Ensino Médio e com inédita aparição de um montante de 4% de cidadãos com um diploma de Ensino Superior. Em relação aos acolhidos, a proporção de concluintes do Ensino Fundamental chega a 52% e dentre estes 20% que também concluíram o Ensino Médio, e 3% de pessoas que concluíram o Ensino Superior. A educação pode não garantir uma absorção pelo mercado de trabalho, mas há uma tendência de que pessoas mais escolarizadas se aproximem de vínculos de acolhimento, sejam institucionais ou familiares, tornando menos dura sua ressocialização.

⁸ Dentre os usuários deste agrupamento temos os índices mais altos de uso de drogas com 86% de usuários de tabaco, 80% de álcool, 52% de crack e 42% de maconha. Em relação aos vínculos assistenciais e familiares, vemos quanto mais próximos de rotinas como nos regimes de acolhimento, quanto dos familiares, menor é o índice de uso de drogas, chegando a apenas 3% dos usuários de crack, uma droga altamente destrutiva, dentre os indivíduos que retornam para suas casas.

Além da melhora de índices de escolaridade, outro critério para a empregabilidade destes indivíduos melhora consideravelmente com os vínculos. A posse da Carteira de Trabalho sobe para 48% nos indivíduos acolhidos e chega a 60% nos cidadãos que retornam para casa. Em ambos os casos, os índices de posse de Carteira de Identidade e Certificado de Pessoa Física se mantêm acima de 80%, uma melhora considerável em comparação com o agrupamento que vive e dorme nas ruas.

Em relação às ocupações nos últimos doze meses, ambos os agrupamentos apresentaram resultados piores em relação ao vínculo formal. Entre os indivíduos que se valem do acolhimento nenhum informou ter trabalhado com carteira assinada nos últimos doze meses seguidos de apenas 19% que informam que trabalharam sem carteira assinada no mesmo período, resultando em um montante impressionante de 81% que afirmam não terem trabalhado. É necessário um questionamento qualitativo para compreender tamanha disparidade entre os resultados, sendo impossível constatar com os dados disponíveis, uma vez que, dentre estes está a maior porcentagem dos que afirmam não ter pedido dinheiro nas ruas – 63% – seguidos de um percentual menor dos que pediram, mas não é a principal fonte de renda em comparação aos que dormem nas ruas – 22% - e finalmente com o mesmo resultado, ainda em comparação ao agrupamento A dos que fazem da mendicância sua principal forma de sustento – 15%. Em contrapartida, uma explicação possível passaria pelos programas de transferência de renda, onde encontramos a maior taxa de beneficiários do Bolsa Família, com 48% e 19% dos assistidos pela Previdência Social.

Entre o terceiro agrupamento os resultados do vínculo formal ainda apresentam piora, ficando com apenas 12% dos indivíduos, mas com um contingente substancial dos que trabalharam na precariedade, somando 66% do total, seguidos de 20% que afirmam não ter trabalhado nos últimos doze meses e um resíduo de 2% que não responderam ao questionamento proposto. No agrupamento C há uma melhora considerável nos indicadores dos cidadãos que não pediram dinheiro nas ruas, representando 78% e com reduções consideráveis tanto entre os que pediram mas não dependem apenas

dessa prática quanto os que dependem exclusivamente das doações recebidas, ambos com 7%. A rede de assistência familiar também é responsável por demonstrar a baixa estatística de indivíduos que são assistidos pela Previdência que somam 15% seguidos pelos que recebem o Bolsa Família nesse agrupamento e que respondem por 14%.

Entre os motivos para o abandono do lar, os diretamente ligados à empregabilidade somam 18% no agrupamento B encontrando o maior índice entre o agrupamento C, dos que retornam às casas para dormir com 53%. Entre os vícios lícitos e ilícitos temos 33% entre os acolhidos contra 12% do que retornam para casa. Liderando o ranking de motivos por abandono entre os acolhidos são as questões familiares com 37%; nos indivíduos que retornam para casa elas ficam em terceiro lugar com apenas 11% - justificando o não abandono completo do lar, diferentemente dos agrupamentos A e B, o que pode confirmar que fatores econômicos não os maiores motivadores para que os indivíduos procurem a rua como alternativa de vida.

Estas estatísticas não são conclusivas, mas conseguem de maneira consistente apontar para a necessidade de uma pesquisa qualitativa robusta para reconstruir as necessidades reais dos cidadãos em situação de rua, tanto na compreensão de suas dinâmicas de trabalho e reconhecimento de suas ocupações que tangem a escala produtiva como trabalho, quanto suas necessidades assistenciais para que possam se readequar aos padrões sociais, reconduzindo estes cidadãos aos empregos formais e uma socialização mais completa e digna. Retornando as citações de Pierre Bourdieu (1997), análises como estas são necessárias para nos mostrar que certas situações ou julgamentos sociais têm sua motivação ou causa longe dos fenômenos que resultam destes, como políticas públicas elaboradas tendo como base o senso comum ou a vontade puramente assistencialista típica dos estratos médios da sociedade, reproduzindo ou até mesmo agravando os problemas encontrados.

Confrontando estes dados com o outro lado da empregabilidade, vemos que o único nicho institucionalizado se localiza nas empresas de reciclagem.

Boa parte dos “bicos” são feitos em locais públicos ou para pessoas físicas, dificilmente possibilitando a pesquisa de dados conclusivos. Diferente das ocupações de chapa ou de guardador de carros, as empresas de reciclagem precisam de uma adequação a burocracia para existir, figurando como um dos poucos ramos em que a pesquisa se torna aplicável.

Ao realizar pesquisa de campo com empresas do ramo, para entender qual a porcentagem da participação dos cidadãos em situação de rua na constituição do negócio, uma outra faceta da exclusão se demonstra importante. Na tentativa de entrevistar responsáveis por quatro estabelecimentos, apenas um concedeu a entrevista, mesmo esta se designando sob o interesse em aprofundar os conhecimentos sobre o ramo de reciclagem em Juiz de Fora. A empresa que forneceu a entrevista é uma das maiores e mais bem estabelecidas da cidade, situada em um ponto “nobre” para os padrões do negócio⁹. Por contar com um porte maior, o grande nicho de atuação da empresa é o contato direto com os fornecedores, captando o material diretamente, retirando os intermediários do processo. Segundo o proprietário, são 53 funcionários devidamente cadastrados e contratados formalmente em suas duas unidades. O montante de funcionários se justifica pela presença de sua empresa junto aos parceiros, desenvolvendo o trabalho de triagem e embalagem dos materiais diretamente onde são consumidos, e depois transportados para a sede, que faz os tratamentos e repassa a matéria prima. Segundo informações dadas na entrevista, a empresa faz a coleta de cerca de 450 toneladas por mês, sendo apenas 5% dos materiais recebidos oriundos de “autônomos”, segundo palavras do proprietário. Os dados aqui já demonstram uma participação considerável, pois deste montante mais de 22 toneladas são trazidas por cidadãos em situação de rua, que contam com tração física em carrinhos e com coletas não regulares de materiais encontrados no dia a dia.

⁹ As outras empresas de reciclagem se localizam em áreas degradadas de grandes imóveis e aluguéis baratos, pela baixa lucratividade. A empresa em questão se situa no centro da cidade em uma área com grandes comércios e fluxo constante de pessoas, diferente de todas as outras pesquisadas.

Nas demais empresas procuradas, a negativa da entrevista é relacionada diretamente com o medo da responsabilização pela informalidade do ramo. Nas três empresas visitadas, o número de carrinhos sem identificação e de pessoas deitadas nas imediações se mostrou conflitante com a empresa que nos concedeu dados onde nenhuma pessoa se encontrava no entorno ou com carrinhos sem identificação. O tamanho físico da empresa e a localização podem ser indícios de que a desfaçatez seja uma ferramenta para apropriação do esforço desqualificado dos cidadãos em situação de rua. Nas palavras do proprietário da empresa pesquisada, o enfoque nos custos dos trabalhadores e no registro dos mesmos deixa uma margem para o entendimento da importância da formalidade enquanto valor do negócio. Uma empresa que conseguiu se estabelecer cumprindo as obrigações trabalhistas se vale desse aspecto para a diferenciação das demais, corroborando com a localização e a apresentação da fachada, diferente de seus concorrentes.

Como dito anteriormente, a justificativa ecológica pode encobrir um viés de exploração destes cidadãos em situação de rua, que vai ao encontro do que observei ao procurar os estabelecimentos de coleta. Em dois deles, uma associação de catadores de rua em Juiz de Fora foi indicada para pesquisa, enquanto nenhuma outra resposta sobre o negócio foi fornecida. Esta associação é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e conta com 30 associados e possui 2 pontos de triagem e embalagem de materiais, um número baixo e que não representa o perfil da maioria dos cidadãos em situação de rua, por conta da necessidade de associação.

CONCLUSÃO

Cercados de estigmas e de preconceitos por todos os lados, a melhor saída para compreender a população em situação de rua e fomentar alternativas e políticas que consigam efetivamente reverter este quadro se encontra na pesquisa qualitativa e na compreensão deste grupo social tão precarizado. O simples fato de observar o desejo de invisibilidade destes indivíduos no seu cotidiano já demonstra que o que foi feito até então não dá

conta de um fenômeno tão distante do que a construção do senso comum sugere especificamente no que diz respeito ao trabalho, principal esfera de valorização social e geração de autoestima nas sociedades capitalistas. Boa parte do que tentamos reconstruir aqui teve como motivação principal compreender de forma crítica os dramas e as peculiaridades de um grupo numeroso e com tendência ao crescimento de acordo com o desenvolvimento das cidades em concomitância com o enfraquecimento e a monetarização dos laços sociais entre seus habitantes. Além de conhecer e estabelecer as especificidades das pessoas em situação de rua é imprescindível reconhecer que a esfera do trabalho é uma das principais vias de acesso à dignidade, escapando de seus principais estigmas – delinquência, drogas, assistencialismo e vagabundagem – para que seja possível reconstruir uma dignidade tão corrida e desestruturada pelo ambiente e a situação em que se encontram.

SOCIETY, WORK AND BELONGING OF CITIZENS IN STREET SITUATION.

This article begins with a sociological investigation of the categories of work and how a value load is formed around this category, especially in relation to the population in the street situation. Using this discussion we turn to an analysis of the research elaborated by the Prefeitura de Juiz de Fora. This survey was focused the street population, and characteristics around work category are discussed in the light of sociology.

Work, Street population, Prefeitura de Juiz de Fora, Citizenship, informal work

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre (Org.) *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, 3ª edição.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história da modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010

_____, Georg. *The philosophy of Money*. Routledge & Kegan Paul, 1978.

SOUZA, Jessé. ÖELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005, 2ª edição.

RODRIGUES, Igor de Souza. *A construção social do morador de rua: derrubando mitos*. Curitiba: CRV, 2016.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.